

Educação em Engenharia  
Programa de Capacitação Docente  
Faculdade de Engenharia  
Universidade Federal de Juiz de Fora

## 1 - INTRODUÇÃO

“Os Cursos de Engenharia enfrentam o desafio de construir um novo modelo de ensino/aprendizagem capaz de atender as atuais demandas da sociedade.

A reestruturação produtiva e a criação de novas relações econômicas, bem como, o processo de intensificação de incorporação de novas tecnologias à produção, exigem que os novos engenheiros dominem um conjunto amplo de conceitos e informações e que exerça o seu trabalho de forma cada vez mais multidisciplinar. A aplicação de muitas dessas novas tecnologias vem causando impactos sociais e ambientais cada vez mais abrangentes e complexos, o que, obrigatoriamente, têm que ser levado em conta nos projetos de engenharia. Verifica-se, ainda, a crescente ampliação do campo de atividade dos engenheiros para áreas gerenciais e administrativas. Essas mudanças vêm exigindo remodelações curriculares dos cursos de Engenharia e a incorporação de novas disciplinas como sociologia, filosofia, psicologia, comunicação e biologia.

Esta realidade passa a demandar um profissional de Engenharia crítico, empreendedor, criativo e capaz de dar respostas adequadas aos novos problemas que resultam de uma dinâmica de transformações que vem ocorrendo de forma intensa e profunda em todos os setores. O perfil deste engenheiro deve apresentar, além disso, um conjunto de habilidades, competências e atitudes, que pode ser resumido nas capacidades para:

- apropriar-se de novos conhecimentos e para registrar e expressar ideias de forma autônoma e independente;
- acompanhar e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- desenvolver soluções originais e criativas para os problemas de projetos, da produção e da administração;
- trabalhar em equipe e coordenar grupos multidisciplinares;
- gerenciar, organizar e dirigir empreendimentos complexos;
- compreender e intervir na sociedade como cidadão pleno, principalmente no que se refere às repercussões éticas, ambientais e políticas do seu trabalho.

Dentro deste contexto, as Escolas de Engenharia vêm sendo desafiadas pela necessidade de incorporar continuamente novos conhecimentos e instrumentos. No entanto, há um conflito de difícil solução: embora haja consenso em relação à

necessidade de ampliar a base de conhecimentos, o mesmo não ocorre em relação ao tempo de formação. Ao contrário, há uma forte pressão para a redução do tempo de integralização dos currículos, baseada, na expectativa de que novas tecnologias de educação venham a tornar os cursos mais “eficientes” ou que a reestruturação dos módulos curriculares possa aprofundar e consolidar uma base científica mais ampla e, ao mesmo tempo, generalizar a formação tecnológica no curso, deixando à vida profissional a especialização. Independente de juízo de valor, não resta dúvidas de que se trata de questão polêmica e complexa que exige reflexão aprofundada a partir de estudos e pesquisas apoiados sobre bases científicas sólidas.

A prática tradicional de ensino utilizada de forma amplamente majoritária nas Escolas de Engenharia do país, é baseada na concepção de que o conhecimento é transmitido através de aulas expositivas e seu aprendizado verificado através de provas. Esta abordagem, consolidada em meados do século XX e que se constituiu em um avanço para as sociedades da época, hoje não é mais capaz de produzir as respostas socialmente demandadas. Experiências têm sido realizadas, quase sempre de maneira individual e desarticulada, no sentido de tentar melhorar a “qualidade do ensino de engenharia”. Embora alguns resultados positivos tenham sido alcançados, não se chegou à formulação de alternativas ao modelo atual, como se pode verificar em publicações especializadas e nos anais de eventos relacionados ao tema.

No cenário internacional, este desafio tem consumido esforços e investimentos substanciais que têm propiciado a abertura de novos fóruns de discussão e empreendimentos institucionais cooperativos entre as Universidades, mas ainda não forneceram modelos alternativos reconhecidamente eficazes, embora tenham consolidado este como um novo campo acadêmico estratégico.

Além desta questão central, relativa ao modelo de ensino/aprendizagem, existem outras que também exigem reflexão, pesquisa e tratamento institucional. Os cursos de Engenharia apresentam altas taxas de evasão e retenção, mesmo aqueles de alta procura e que recrutam os melhores alunos do segundo grau. Os colegiados institucionais da UFJF relacionados aos cursos de Engenharia, já diagnosticaram estes, e outros problemas devidos à insuficiência do atual sistema de ensino e, além de verificarem que as formas tradicionais de enfrentamento dos mesmos, não mais surtem os efeitos desejados para solucioná-los. Estes indicadores evidenciam o esgotamento do modelo tradicional de ensino/aprendizagem e de organização dos cursos de Engenharia, assim como, a necessidade de buscar soluções urgentes para os mesmos”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Texto da Proposta de Programa Cooperativo de Pós Graduação em Educação em Engenharia, UFRJ – UFJF, 1999.

## 2 - OBJETIVOS

Este projeto visa a criação e implantação de um Programa de Capacitação dos Docentes da Faculdade de Engenharia da UFJF, com os seguintes objetivos principais:

- **Objetivo Geral**

CONSTRUIR um Programa de Capacitação de Docente para os cursos de Engenharia da UFJF, capaz de atender a legislação vigente (DCN 2019)

- **Objetivos Específicos**

Estabelecer um programa de capacitação de docentes desenvolvendo os “saberes docentes” e como esses saberes são construídos e mobilizados dentro da sala de aula;

QUALIFICAR permanentemente docentes - engenheiros professores - dos cursos de engenharia da UFJF.

TORNAR a atividade docente um processo efetivo de ensino/aprendizagem

## 3 - ANTECEDENTES

Em 1995 docentes da UFRJ promoveram um Encontro de Ensino de Engenharia. Em 1996, docentes da UFJF se integram, como convidados, ao grupo de professores da UFRJ e no ano seguinte passam a atuar ativamente na organização e como promotores dos Encontros. Estes encontros ocorreram até 2005.

O Encontro de Educação em Engenharia – EEE – era um evento anual, que buscava proporcionar o debate sobre questões relativas à formação de engenheiros, ao aprimoramento das técnicas de ensino e aprendizagem e a integração acadêmica entre docentes e alunos das instituições promotoras e participantes. Os temas abordados giravam sobre questões de epistemologia, meios educativos, políticas educacionais, projetos curriculares, metodologias, formas de acompanhamento e avaliação.

Em 1996 a UFJF foi selecionada para participar do programa PRODENGE/REENGEE. A partir daí, diversas atividades foram desenvolvidas, como a Jornada de Ensino de Engenharia da UFJF, Oficina de Meios Educativos e projetos de pesquisa na área de ensino.

Em novembro de 1998 foi implantada a Coalizão Mineira de Engenharia, com a participação da UFJF.

Desde 1997, os docentes da Faculdade de Engenharia participam efetivamente dos COBENGE's - Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, promovidos pela Associação Brasileira de Educação em Engenharia.

Vários docentes desenvolveram e desenvolvem pesquisa na área de Educação em Engenharia, com uma vasta produção de artigos técnicos. Além destes, dois livros foram editados.

Em parceria inédita, a UFJF e UFRJ realizaram duas tentativas de criação de programas de pós graduação com cursos de Mestrado e Doutorado na área de Educação em Engenharia - Programa Cooperativo I (1999) e II (2005). Posteriormente, colaboramos na elaboração de uma proposta da ABENGE para criação de um programa de capacitação docente, que também não obteve sucesso.

Finalmente, em 2019 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Engenharia que estabelece a obrigatoriedade de programas de capacitação permanente dos docentes em todas as IES.

#### **4 - JUSTIFICATIVA**

“A formação em engenharia no Brasil experimentou, recentemente, dois momentos importantes: em 09 de abril de 2002, com a Resolução MEC/CNE/CES nº 11/2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Engenharia; e em 26 de abril de 2019, com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Resolução MEC/CNE/CES 02/2019, com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

As DCN devem ser capazes de estimular a modernização dos cursos de Engenharia, mediante a atualização contínua, o centramento no estudante como agente de conhecimento, a maior integração empresa-escola, a valorização da inter e da transdisciplinaridade, assim como do importante papel do professor como agente condutor das mudanças necessárias, dentro e fora da sala de aula.

Observando o panorama anterior às DCN 2002 e 2019, observa-se, em ambos os casos, elevadas taxas de evasão e retenção nos cursos de engenharia, principalmente nos dois primeiros anos; o mundo do trabalho exige um profissional mais completo, com competências técnicas e formação mais humanística e empreendedora. Portanto, as premissas colocadas para a reformulação das DCN em 2002 e 2019 são idênticas: busca pela qualidade na formação, flexibilizar os currículos dos cursos e reduzir a evasão. Em 2002, pretendia-se motivar os alunos para as engenharias, desenvolver novas concepções curriculares, com novas metodologias de ensino aprendizagem e processos avaliativos, que resultassem em autonomia intelectual para os alunos. Após 2002, houve o crescimento do número de cursos e vagas e um grande aumento do número de cursos de educação à distância (EaD), porém, com elevada taxa de ociosidade de vagas. As taxas de evasão e retenção continuaram elevadas, o que leva a crer que as mudanças estabelecidas nas DCN 2002 não foram implementadas de forma efetiva, portanto, não promovendo transformações no ensino de engenharia no Brasil.

## As Diretrizes Curriculares Nacionais

As DCN 2019 abrem a perspectiva de um novo entendimento sobre a flexibilidade dos cursos, a importância e a construção coletiva do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a capacitação dos docentes para implementação de metodologias ativas de ensino aprendizagem, tornando o aluno o centro deste processo. Reforçam a obrigatoriedade da adoção de sistema de acolhimento e nivelamento visando a redução dos índices de retenção e evasão. Propõe-se que sejam definidos currículos a partir de competências a serem desenvolvidas, ao invés de núcleos de conteúdos. Dessa forma, os conteúdos serão implementados dentro de contextos de desenvolvimento de competências e contextualizados em ambientes de engenharia<sup>2</sup>.

O Art. 5º das DC-2019 apresenta as áreas de atuação dos engenheiros (egressos), devendo estar contidas no PPC, a partir do perfil e das competências estabelecidas para o egresso do curso de graduação em Engenharia.

Art. 5º O desenvolvimento do perfil e das competências, estabelecidas para o egresso do curso de graduação em Engenharia, visam à atuação em campos da área e correlatos, em conformidade com o estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), podendo compreender uma ou mais das seguintes áreas de atuação:

I - atuação em todo o ciclo de vida e contexto do projeto de produtos (bens e serviços) e de seus componentes, sistemas e processos produtivos, inclusive inovando-os;

II - atuação em todo o ciclo de vida e contexto de empreendimentos, inclusive na sua gestão e manutenção; e

III - atuação na formação e atualização de futuros engenheiros e profissionais envolvidos em projetos de produtos (bens e serviços) e empreendimentos.

Fica clara a intenção de explicitar a atuação profissional dos engenheiros como docentes.

Em relação ao corpo docente houve um grande avanço com a inclusão da obrigatoriedade das Instituições de Ensino Superior (IES) manterem um programa permanente de formação e desenvolvimento do mesmo, com vistas à valorização da atividade de ensino, ao maior envolvimento dos professores com o PPC e ao aprimoramento em relação à proposta formativa.

Art. 14. O corpo docente do curso de graduação em Engenharia deve estar alinhado com o previsto no Projeto Pedagógico do Curso, respeitada a legislação em vigor.

§ 1º O curso de graduação em Engenharia deve manter permanente Programa de Formação e Desenvolvimento do seu corpo docente, com vistas à

---

<sup>2</sup> Danilo Pereira Pinto e Cristiano Gomes Casagrande, DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS: COMENTÁRIOS GERAIS E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, artigo submetido ao COBENGE 2020.

valorização da atividade de ensino, ao maior envolvimento dos professores com o Projeto Pedagógico do Curso e ao seu aprimoramento em relação à proposta formativa, contida no Projeto Pedagógico, por meio do domínio conceitual e pedagógico, que englobe estratégias de ensino ativas, pautadas em práticas interdisciplinares, de modo que assumam maior compromisso com o desenvolvimento das competências desejadas nos egressos.

§ 2º A instituição deve definir indicadores de avaliação e valorização do trabalho docente nas atividades desenvolvidas no curso

## Os Saberes Docentes

Segundo Elaine Garcia Rezende<sup>3</sup> a forma tradicional de lecionar, foi estabelecida no século XVII. No século XIX, ocorreu a tentativa de colocar a pedagogia como uma ciência, analisando a ação dos professores cientificamente. Nos últimos vinte anos, buscou-se direcionar a pedagogia sob a razão do professor, nas concepções dos saberes docentes, com uma reflexão mais filosófica de suas ações. Esta reflexão da ação docente faz com que se perceba a atividade docente como uma atividade interativa entre vários agentes que envolvem a aprendizagem.

Atualmente, sabe-se que o ensinar de um professor não se resume a uma boa gestão em sala de aula, envolve um conjunto de outros saberes. A gestão da sala de aula e a transmissão dos conteúdos são duas dimensões centrais da atividade docente, porém, fazer com que essas dimensões interajam de forma equilibrada e eficaz é o desafio do professor, que para isso, mobiliza um conjunto de saberes específicos.

O processo de ensino é visto por Freire (1996) como um processo de transformação, onde o docente, com uso da ética, deve levar em consideração a autonomia do educando. Para esse autor, o docente deve entender que ensinar é mais que uma mera transmissão de saberes: “[...] formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas” (p. 14). Nesse sentido, algo indispensável que o professor deve considerar é que: “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção” (p. 47). Para ele, o professor deve contribuir para a formação de um ser capaz de contextualizar o que foi ensinado, que não seja somente mero repetidores de frases.

O termo “**saberes docentes**”, conforme conhecido atualmente, envolve uma gama de situações, conhecimentos, habilidades e competências que o professor possui e mobiliza quando atuante na profissão.

---

<sup>3</sup> Elaine Garcia Rezende, *SABERES DOCENTES DE ENGENHEIROS DE SEGURANÇA DO TRABALHO QUE ATUAM COMO PROFESSORES DE CURSO TÉCNICO*, Dissertação de Mestrado - CEFET MG, março 2020.

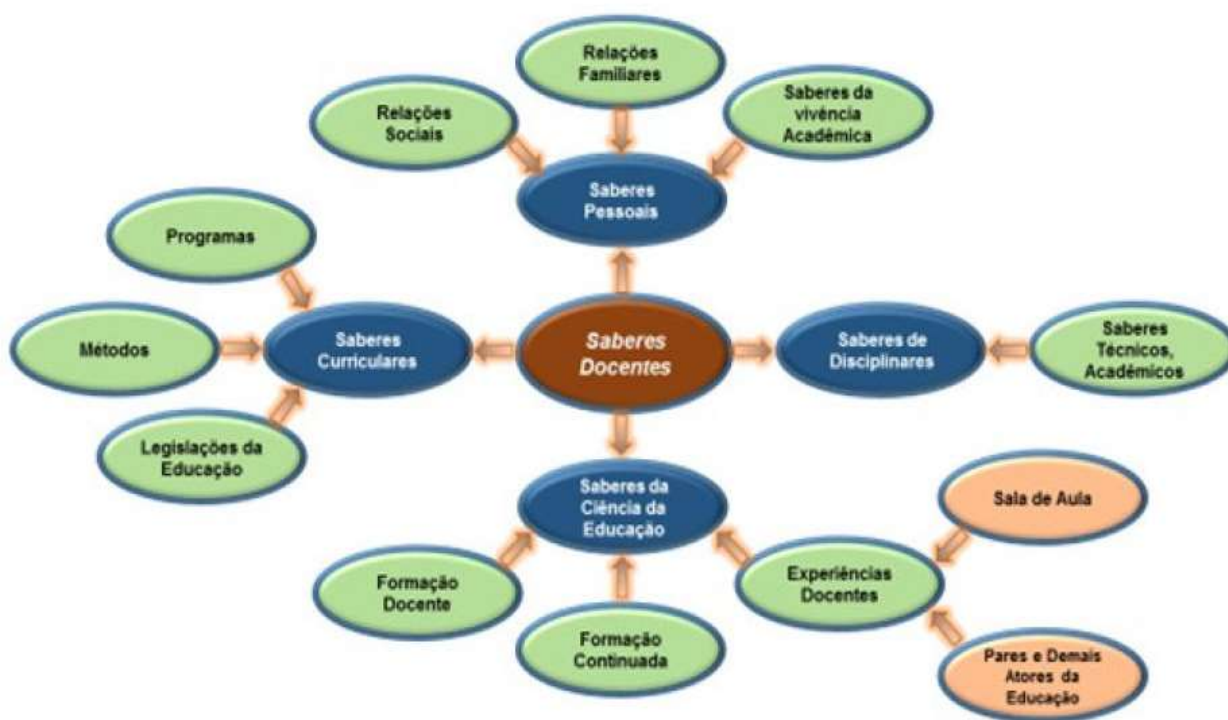
Nos saberes **relacionados às questões pessoais**, entrariam os saberes das vivências pessoais, em família, sociais e ainda os experienciais adquiridos como aluno. Ou seja, saberes pré-profissionais que auxiliariam o docente nas suas atividades diárias.

Os **saberes disciplinares** estão ligados aos conteúdos, seriam os saberes técnicos relacionados às disciplinas a ministrar.

Já os **saberes da ciência da educação**, seriam entendidos como os saberes da pedagogia, metodologia, didática e demais saberes que se originam da ciência da educação, saberes que seriam mobilizados pelo docente quanto aos métodos para ensinar. Incluem-se também nesse grupo os saberes oriundos da experiência como docente e dos relacionamentos entre os pares e demais atores da educação.

Nos **saberes curriculares** entrariam os saberes relacionados aos programas, métodos e avaliação, bem como toda legislação que regula a atividade docente.

Figura – Diagrama dos Saberes Docentes e suas Origens



## 5 - Proposta de Ação

As perguntas que temos que responder são:

Como poderemos atuar na motivação dos docentes para se integrarem ao programa de capacitação permanente?

Como desenvolver um programa de capacitação que motive a participação?

Quais as estratégias, as metodologias de capacitação devemos utilizar?

Quando devemos atuar?

Quais os recursos necessários para realizar estas capacitações?

Para tentar resolver tantos questionamentos, podemos dividi-los em etapas:

1 – Quando do ingresso do docente na carreira acadêmica:

Os procedimentos adotados atualmente nos concursos públicos visam identificar os conhecimentos técnicos dos candidatos em determinada área de conhecimento. Em geral, os processos de seleção envolvem uma prova de títulos, prova escrita, uma entrevista e uma prova didática.

Atualmente, na maioria das IFES (instituições Federais de Ensino Superior), e na UFJF não é diferente, ao realizar um processo seletivo para docente, busca-se o perfil de um pesquisador para atuar na pós graduação e não de um professor para atuar na graduação. Na prova de títulos, valoriza-se muito as publicações.

Temos que atender as exigências atuais dos processos seletivos. Entretanto, pode-se estabelecer **critérios adicionais**, que valorizem mais a experiência docente, as capacitações em docência.

Na prova didática, em geral, o candidato apresenta uma aula para uma banca. Um ponto é sorteado e o candidato tem em geral uma hora para fazer uma apresentação. Na maioria das vezes, parece a defesa de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado. Esta etapa do processo é extremamente importante. Nela pode-se verificar a desenvoltura do candidato. Entretanto, como é realizada atualmente, não se pode verificar as habilidades e competências do candidato em relação a atuação docente. Apenas são avaliadas a capacidade de síntese do conteúdo e de apresentação do tema. Não se verifica a simulação de uma aula com alunos, onde poder-se-ia avaliar as habilidades do candidato no trato com os alunos, a facilidade de explicar as dúvidas buscando formas diferenciadas de apresentação do conteúdo, a linguagem adotada, o conhecimento de metodologias de ensino aprendizagem diferente da expositiva, dentre outras. Portanto, pode-se adotar uma nova roupagem a esta etapa do processo seletivo.

Durante a entrevista busca-se conhecer o perfil dos candidatos. Entretanto, os membros da banca não são capacitados para realizar esta tarefa. Em geral, as bancas são formadas por docentes que atuam em outras IES, com elevado conhecimento na



área de abrangência do concurso. Porém, na maioria das vezes, estes docentes não tem formação específica para realizar esta tarefa importante que é identificar o perfil psicológico do candidato. Seria necessária uma dinâmica de grupo, ou entrevista com especialista (psicólogo), além de verificar seus antecedentes, valorizar suas relações sociais, capacidade de trabalhar em equipe multidisciplinar, liderança, dentre outras características desejáveis para o futuro docente.

## 2 – Durante o Estágio Probatório

O período do estágio probatório é uma oportunidade de capacitar os novos docentes da IES.

Atualmente, muitos ingressam na carreira sem nenhuma prática docente, bastando para o ingresso o título de doutor e aprovação em processo seletivo.

Ao iniciar a carreira, ao docente é atribuído atividades acadêmicas mesmo sem a capacitação adequada. Supõe-se que ao ser selecionado, este está apto a desenvolver atividades acadêmicas, com grupos de alunos, e atividades administrativas.

Sugere-se então, estabelecer critérios de valorização da capacitação docente, acompanhamento com docentes experientes (tutoria), dentre outras.

## 3 – Durante a carreira docente:

- Incentivar/valorizar participação em eventos técnicos científicos;
- Criar a cultura de reuniões de capacitação nos departamentos; eventos de capacitação (cursos, palestras, oficinas, minicursos), dias de vivência etc.
- Incentivar/valorizar a capacitação continuada dos docentes.

## 6 – Metodologia e Recursos necessários

Para estabelecer um Programa de Capacitação Docente da Faculdade de Engenharia da UFJF, de caráter permanente, deve-se:

- Elaborar uma pesquisa junto ao corpo docente visando identificar as metodologias que utilizam em sala de aula, qual a metodologia ativa predominante por curso ofertado.
- Criar um órgão assessor da Direção da Unidade, com pessoal dedicado especificamente a esta tarefa de programar as ações de capacitações, motivar os docentes, auxiliar nas tarefas dos docentes (consultores da área de educação).
- Identificar os “saberes docentes” que necessitam ser apropriados pelos docentes da Faculdade de Engenharia da UFJF, como esses saberes são construídos e mobilizados dentro da sala de aula.

- Programar anualmente as ações de capacitação de forma coordenada. (Uma programação, não precisa ser um curso de 1 ano ou algo assim. Pode-se pensar em eventos ao longo de todo o ano, palestras, dias de formação, minicurso, debates sobre temas específicos etc. Estabelecer calendário anual de capacitação).
- Elaborar propostas de valorização dos docentes envolvidos no projeto de capacitação.

#### **Recursos Humanos:**

Será necessário podermos contar com um técnico administrativo e um pedagogo.

Tendo em vista as dificuldades de disponibilizar este profissional, sugere-se disponibilizar dois bolsistas de Treinamento Profissional para atuar na capacitação dos docentes (estudantes de pedagogia).

#### **Recursos Materiais:**

Será necessária disponibilizar uma infra estrutura mínima para atender os docentes e realizar reuniões com pequeno número de participantes.

Para isto, será necessário:

Uma pequena sala equipada com computador, impressora e projetor multimídia;

01 Mesa de escritório e 01 cadeira;

01 Mesa de reunião, 06 cadeiras;

Material de escritório;

Recursos disponíveis para viagens (passagens e diárias): para palestrantes convidados, docentes em missão de conhecer novas experiências exitosas em outras IES, dentre outros.

Programa da capacitação - a ser definido:

Filosofia/Psicologia, Legislação brasileira sobre educação, Avaliação – Instrumentos do INEP – de curso e institucional, ENAD, Metodologia de Ensino Aprendizagem, Processos avaliativos.

Legislação:

LDB

DCN (Res 2 de 26/4/2019)

O **tempo mínimo de integralização curricular** foi definido pela Resolução CNE/CES 2/2007, de 18 de junho de 2007. Para os cursos de Engenharia de Computação e Engenharia de Software, a Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016 Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para estes cursos em seu Art. 11. Estabelece a carga horária mínima 3200 horas [10].

A **Lei de Estágios**, Lei 11.788 de 25/09/2008 [13], visava moralizar o estágio e valorizá-lo enquanto prática educativa ao mesmo tempo em que visava estabelecer mecanismos de coibir a sua utilização como forma de absorção precoce de mão de obra [14].

As DCN 2019 em seu Art. 11. A formação do engenheiro inclui, como etapa integrante da graduação, as práticas reais, entre as quais o **estágio curricular obrigatório sob supervisão direta do curso**.

§ 1º A carga horária do estágio curricular deve estar prevista no Projeto Pedagógico do Curso, sendo a **mínima de 160 (cento e sessenta) horas**.

**Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005) [20]**

Art. 3º § 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional

**Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).**

Além disso, o Art. 5º do DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002 [25] Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se: I - a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente.

**Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004 [16], fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.**

**Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012 [17].**

**Acessibilidade** “Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I).

Condições de ACESSIBILIDADE FÍSICA para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.

Condições de ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA, ATITUDINAL E DAS COMUNICAÇÕES para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

**Projetos de extensão - RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 -  
*Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira***

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;